



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade, Independência, Competência.



RELATÓRIO E CONTAS

PERÍODO DE 2016



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Consciência.

Handwritten notes in blue ink:
11-10-14
11-10-14
11-10-14
11-10-14
11-10-14

Relatório e Contas do Período de 2016

- 1 Relatório de Atividades**
- 2 Demonstrações Financeiras**
- 3 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**
- 4 Relatório de Auditoria**



[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'B', 'D', 'M', 'G', and 'G']

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1	Introdução.....	5
2	Evolução da atividade profissional.....	5
3	Atividades desenvolvidas.....	6
3.1	Órgãos Sociais	6
3.1.1	Assembleia Geral	6
3.1.2	Conselho Superior	6
3.1.3	Bastonário.....	7
3.1.4	Conselho Diretivo	7
3.1.5	Conselho Disciplinar	7
3.2	Departamentos	8
3.2.1	Departamento Técnico.....	8
3.2.2	Departamento de Formação e Publicações.....	10
3.2.3	Departamento de Qualificação e Atividade Profissional	13
3.2.4	Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão	18
3.2.5	Comissão de Acompanhamento do Código de Ética.....	22
3.3	Serviços Regionais do Norte (SRN)	22
3.4	Outras atividades desenvolvidas	23
3.4.1	Relações Institucionais	23
3.4.2	Relações Internacionais.....	23
3.4.3	XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas	24
3.4.4	Eventos.....	25
3.4.4.1	25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos.....	25
3.4.4.2	Encontros na Ordem	25
4	Recursos Humanos	26
5	Análise económica e financeira	27
5.1	Análise económica.....	27
5.1.1	Rendimentos e ganhos.....	27
5.1.2	Gastos e perdas	29
5.2	Evolução dos fundos patrimoniais	30
5.3	Execução do orçamento corrente.....	31
5.3.1	Perspetiva global	31



5.3.2	Execução do orçamento de rendimentos.....	32
5.3.3	Execução do orçamento de gastos.....	32
5.4	Análise financeira	32
5.5	Execução do orçamento de investimentos	33
6	Perspetivas futuras	33
7	Proposta de aplicação dos resultados	34
8	Homenagem póstuma.....	34
9	Agradecimentos.....	34

Handwritten notes in blue ink:
b
a
m
r
s
e
l
u
m



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1 Introdução

Nos termos do que dispõe a alínea q) do n.º 1 do artigo 31.º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro, vem o Conselho Diretivo submeter à apreciação e deliberação da Assembleia Geral o Relatório e Contas do período findo em 31 de dezembro de 2016.

Pretende-se com este documento proceder a uma síntese da atividade desenvolvida pela Ordem durante o ano de 2016, salientando-se os seus aspetos mais marcantes e identificando as perspetivas da sua evolução futura.

2 Evolução da atividade profissional

A profissão registou em 2016 um aumento líquido de 24 Revisores Oficiais de Contas (ROC), refletindo o efeito conjugado da admissão de 46 novos membros, do cancelamento de 18 inscrições e do falecimento de 4 membros. A maioria dos membros que se inscreveram são ROC que não perspetivam iniciar de imediato a atividade, o que reflete o ambiente económico de fraco crescimento, situação convergente com o que se tem vindo a assistir desde há alguns anos.

Nos quadros seguintes apresenta-se uma síntese do número de ROC inscritos, em confronto com os anos de 2015 e de 2014, o que reflete um aumento líquido de 24 membros mas sem atividade.

ROC	2016	2015	2014	Variação face a 2015	
				N.º	%
Sem atividade	465	440	419	25	5,68 %
Suspensos	131	130	127	1	0,77 %
Não suspensos	334	310	292	24	7,74 %
Com atividade	935	936	920	-1	-0,11 %
A título individual	228	208	201	20	9,61 %
Sob contrato de prestação de serviços	101	107	112	-6	-5,60 %
Como Sócios de SROC	606	621	607	-15	-2,41 %
Total	1 400	1 376	1 339	24	7,74 %



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Gonç'.

A evolução verificada no número de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas (SROC) observa-se no quadro seguinte:

SROC	2016	2015	2014	Variação face a 2015	
				N.º	%
Número de Sociedades	177	228	229	-51	-22,37 %

Dado que algumas das sociedades existentes em anos anteriores eram unipessoais, a redução do número de sociedades foi influenciada pela necessidade de compatibilizar a estrutura dessas sociedades com a pluralidade de sócios profissionais exigida pelos novos estatutos da Ordem, o que contribuirá certamente para o exercício da atividade de uma forma mais estruturada e com melhores condições organizacionais para o exercício da profissão, em resposta à crescente exigência do mercado em termos de serviços de auditoria e outras funções de interesse público.

3 Atividades desenvolvidas

3.1 Órgãos Sociais

3.1.1 Assembleia Geral

A Assembleia Geral da OROC reuniu em 17 de março de 2016 para analisar, discutir e votar o Relatório e Contas referentes ao exercício de 2015, em 30 de junho para apreciar e deliberar sobre as "Propostas de alteração do Regulamento Eleitoral, do Regulamento de Formação Profissional, do Regulamento do Controlo de Qualidade, do Regulamento Disciplinar, do Regulamento de Exame e de Inscrição, do Regulamento de Estágio, do Regulamento do Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas e do Regulamento dos Serviços Regionais do Norte" e em 15 de dezembro de 2016 para apreciar, discutir e votar o Plano de Atividades e Orçamento para 2017.

3.1.2 Conselho Superior

Durante o ano de 2016 o Conselho Superior procedeu à elaboração do regimento do Conselho Superior, em fase de apreciação final, à apreciação, discussão e emissão de parecer das propostas de Regulamento Eleitoral, Regulamento de Formação Profissional, Regulamento do Controlo de Qualidade, Regulamento Disciplinar, Regulamento de Inscrição e Exame, Regulamento de Estágio, Regulamento do Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas e Regulamento dos Serviços Regionais do Norte e à apreciação, discussão e emissão de parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2017.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'LPT' and 'B' followed by several illegible signatures.

Nos processos disciplinares sancionados aplicaram-se as seguintes penas:

Escala das penas aplicadas	N.º de processos	Natureza da infração		
		Qualidade do trabalho	Ética e deontologia	Outros deveres funcionais
Advertência	1	1	-	-
Advertência registada		-	-	-
Multa de €5.000	3	3	-	-
Multa de €9.000		-	-	-
Multa de €10.000	1	1	-	-
Suspensão 2 anos	1	1	-	-
	6	6		

3.2 Departamentos

3.2.1 Departamento Técnico

O Departamento Técnico e as suas Comissões Técnicas especializadas mantiveram durante o período a sua atividade consubstanciada no estudo, análise e debate de assuntos de natureza técnica relacionados com os diversos setores de atividade e de negócio que constituem o universo de entidades onde os ROC têm intervenção.

Em resultado desses trabalhos, foram emitidos pareceres, orientações e outras informações quer tenham sido solicitados pelo Conselho Diretivo, pelos ROC ou por entidades externas, quer tenham tido por iniciativa própria.

Neste período, continuamos a elaborar trabalhos relacionados com a Lei 140/2015 e a Lei 148/2015 no seu primeiro ano de implementação tendo os mesmos servido de suporte às tomadas de posição da Ordem na sua relação com o Governo e outras Entidades Públicas.

Para além destes trabalhos relativos às novas leis sobre a profissão e os profissionais, também produzimos outros documentos solicitados pelas organizações profissionais internacionais de quem somos membros.

Reportam-se de seguida, e em concreto, as atividades mais relevantes desenvolvidas no decurso do período económico.



Handwritten notes in blue ink:
L
M
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z
Conf

Manual do ROC

Continuou a reforçar-se o conteúdo do Manual do ROC com informação relevante para a atividade. Neste sentido, houve a preocupação de manter atualizada a legislação mais significativa para todos os setores de atividade, bem como a inserção de material técnico com interesse para a profissão. Neste ano, especificamente, foi reformulada a estrutura do Manual do ROC na área reservada do website da OROC equiparando o mesmo à versão atualmente existente através de instalação local.

Sítio na internet

Procedeu-se à atualização regular do sítio na *internet* com notícias/destaques mais significativos para a profissão, incluindo informações de caráter relevante aplicável. Entre outras matérias salientaram-se, naturalmente, as relativas à contabilidade e à auditoria das entidades em geral, e a sua evolução ao longo do ano.

Terminologia das Normas Internacionais de Relato Financeiro

Na sequência de um pedido da Comissão Europeia, a Ordem finalizou os trabalhos para a tradução e respetiva justificação da terminologia técnica adotada em algumas IFRS, que abrangeu cerca de 650 termos, com vista à futura utilização destes termos nas IFRS adotadas pela União Europeia.

Atividade a nível internacional

A Ordem fez-se representar em diversas reuniões e conferências internacionais onde destacamos as seguintes:

- Conselho da IFAC – em novembro
- Conselho e Assembleia Geral da FEE – em março e setembro;
- Reunião Eurostat – EPSAS – em julho e novembro;
- Working Parties (WP) da FEE:
 - *Auditing WP* - em março e setembro; e
 - *Accounting WP* – em junho e novembro.



[Handwritten signature in blue ink]

Este Departamento esteve igualmente envolvido no estabelecimento de relações de cooperação com outros países, nomeadamente com os países de língua oficial portuguesa, e, através dos formadores da OROC, participou em cursos de formação em Moçambique.

3.2.2 Departamento de Formação e Publicações

Formação Contínua

Tendo em consideração os objetivos da formação contínua da OROC, nomeadamente proporcionar aos ROC e seus colaboradores atualização dos seus conhecimentos para um adequado exercício da profissão e aumento das suas competências, o ano de 2016 foi caracterizado pela manutenção de uma oferta formativa diversificada por parte da Ordem.

Durante 2016 reforçou-se o número de ações de formação na área de Auditoria (de 28 em 2015 para 51 em 2016) e de Contabilidade (de 17 em 2015 para 20 em 2016), tendo sido verificada uma redução ou manutenção nas ações de formação promovidas nas outras áreas.

De 2015 para 2016, verifica-se um aumento de 18% no número de ações de formação promovidas (de 93 ações em 2015 para 110 ações em 2016). Durante 2016, foram cancelados três cursos, que se encontravam previstos, devido ao reduzido número de inscrições.

Apresentamos de seguida o resumo de alguns indicadores referentes à formação contínua no decurso do período de 2016 e comparação com o período anterior:

Ano	2016	2015
Cursos realizados	110	93
Número de participantes	2 050	3 051
Horas de formação cursos	704	585



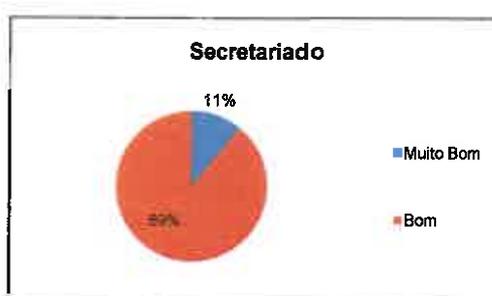
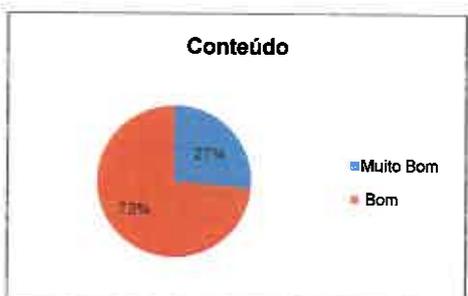
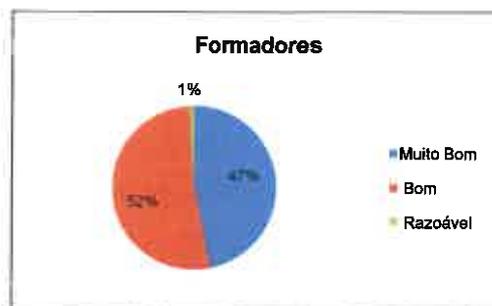
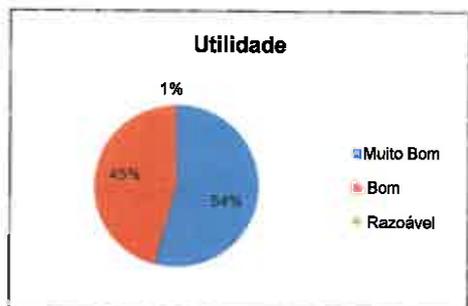
Handwritten notes in blue ink:
L
M
D
AS
Conf

Os cursos realizados em 2016 focaram as seguintes áreas temáticas:

Ano	2016		2015	
	N.º cursos	Horas	N.º cursos	Horas
Auditoria	51	306	28	170
Contabilidade	20	114	17	89
Fiscalidade	29	192	41	275
Direito	4	36	4	28
Outros	6	56	3	23
Total	110	704	93	585

Participaram nos cursos de formação acima referidos ROC, colaboradores de ROC, membros estagiários, formandos do Curso de Preparação para ROC e quadros de empresas ou de outras entidades.

Dos questionários de satisfação respondidos pelos formandos no final dos cursos de formação retiram-se os seguintes resultados:





São de realçar as boas avaliações atribuídas pelos participantes nas sessões de formação, nomeadamente o facto de 99% considerarem Muito Boa e Boa a “Utilidade Profissional” dos cursos e 47% e 52% considerarem Muito Bom e Bom, respetivamente, a avaliação global dos formadores.

Comissão de Formação

Foram recebidos 54 pedidos de certificação de formação profissional. A Comissão de Formação avaliou, quanto ao nível científico e técnico, os processos e foram tomadas as seguintes deliberações:

Resultado da apreciação dos processos	Número de processos	
	2016	2015
Certificada	54	54
Validada mas não certificada	0	1
Processos em curso por falta de elementos	0	3

Curso de Preparação para Revisores Oficiais de Contas (CPROC)

Em 2016 deu-se continuidade ao 16.º CPROC iniciado em 2015, tendo sido lecionados os três últimos grupos de módulos e iniciou-se o 17.º CPROC.

Assim, durante o ano de 2016, foram lecionados 8 grupos de módulos, em Lisboa e Porto, perfazendo um total de 528 horas.

O quadro abaixo sintetiza a atividade ocorrida no âmbito do CPROC em 2016 e o comparativo do número de formandos de 2016:

Edições	Período	N.º de horas	N.º de formandos	
			2016	2015
16º Curso				
2.º grupo	23/01 a 14/03	128	60	76
3.º grupo	17/04 a 20/06	128	53	64
4.º grupo	25/09 a 14/11	128	50	50
17.º Curso				
1.º grupo	23/10 a 12/12	144	73	80



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Luis D. ...'.

Publicações

A OROC continuou a publicar trimestralmente a Revista Revisores e Auditores, a qual incluiu artigos técnicos sobre matérias conexas com a atividade profissional e ainda informações relevantes sobre o desenvolvimento de temas internacionais.

A OROC, com a autorização da IFAC, procedeu à tradução integral da edição de 2015 do volume I do Manual das Normas Internacionais de Controlo de Qualidade, Auditoria, Revisão, Outros Trabalhos de Garantia de Fiabilidade e Serviços Relacionados da IFAC, o qual disponibilizou a todos os Colegas.

Biblioteca

Houve um reforço na aquisição de obras, de acordo com as solicitações dos Coordenadores dos módulos do CPROC, assim como dos Departamentos Jurídico e Técnico. Agradece-se também a contribuição de Colegas, outros autores e demais entidades que se dignaram proceder à oferta de publicações relevantes.

3.2.3 Departamento de Qualificação e Atividade Profissional

O Departamento de Qualificação e Atividade Profissional desempenhou em 2016 as suas funções de acordo com as competências que lhe estão cometidas, procurando responder de forma adequada às múltiplas solicitações que lhe foram formuladas, quer pelos membros da Ordem, quer pelas diversas entidades, públicas e privadas, que se relacionam com a Ordem.

Atividade Profissional

O ano de 2016 caracterizou-se pelo início da articulação com o Departamento de Supervisão de Auditoria da CMVM, no âmbito das novas competências atribuídas a esta entidade, decorrentes da coexistência de duas listas oficiais de revisores e sociedades de revisores oficiais de contas.

Tratando-se de um processo com alguma delicadeza e em que houve necessidade de se ajustarem os procedimentos instituídos, para responder às especificações e necessidades informáticas exigidas pela CMVM, é importante destacar os esforços desenvolvidos nesse sentido pelos Serviços da Ordem.



[Handwritten signature and initials in blue ink]

Apresentam-se seguidamente alguns indicadores da atividade desenvolvida no âmbito do controlo de atividade profissional:

	2016	2015	2014	Variação 2016-2015
Declarações emitidas	148	105	151	+41%
Ofícios expedidos	122	347	620	-65%

De salientar que a redução do número de ofícios expedidos não decorre de qualquer quebra de atividade, sendo sobretudo mais um sinal da mudança na forma de comunicação. Com efeito, importa ter presente que em 2016 foram recebidos cerca de 5.000 emails e enviados cerca de 1.000 emails, tendo sido esta a forma privilegiada de comunicação entre a Ordem e os revisores.

A Ordem continuou, em 2016, a dedicar uma atenção especial ao controlo das sociedades sujeitas a revisão legal das contas e que, de acordo com a informação disponível nos registos da Ordem, não constava a indicação do ROC ou SROC responsável por tais tarefas.

No entanto, e apesar deste esforço, reconhece-se que o número de sociedades e outras entidades que, apesar de estarem obrigadas a ter as suas demonstrações financeiras certificadas, não agem de acordo com a lei poderá ser ainda muito significativo, justificando uma atuação concertada, por parte das entidades competentes, visando assegurar o estrito cumprimento da legislação vigente.

A este propósito entende-se que o controlo das situações potenciais de incumprimento, no âmbito da verificação da IES – Informação Empresarial Simplificada, por parte da Autoridade Tributária, poderá constituir o procedimento mais eficaz de controlo e prevenção deste tipo de incumprimentos. Para o efeito, a Ordem tem continuado a insistir junto da Autoridade Tributária para que sejam encetados procedimentos visando estabelecer mecanismos de controlo e prevenção deste tipo de incumprimento.

Ao nível do controlo da Atividade Profissional foi ainda dada continuidade ao desenvolvimento das demais ações enquadradas nesta área, de que se destacam:

- Resposta às diversas solicitações formuladas por ROC e outras entidades, através de via postal, telefónica, eletrónica ou presencial;



- Acompanhamento das práticas profissionais dos ROC e SROC, bem como das entidades que com estes possam estar direta ou indiretamente, relacionados, de forma a diagnosticar eventuais situações de incompatibilidade, práticas de concorrência desleal ou indícios de falta de transparência;
- Atuação de forma sistemática sempre que chega ao conhecimento da Ordem qualquer indício de que alguma entidade, de forma ilícita, presta serviços que constituem competência exclusiva dos ROC ou induz, designadamente por via dos respetivos estatutos, a capacidade ou disponibilidade para prestar tais serviços;
- A contínua atualização dos elementos relativos aos ROC e SROC, em termos de exercício da sua atividade profissional, procurando garantir informação tempestiva e fiável, através da atualização das bases de dados.

b
m
D
M
A
M
M

Comissão de Inscrição

A atividade da Comissão de Inscrição centra-se, sobretudo, na concretização das múltiplas atribuições relacionadas com os processos de registo dos ROC e das SROC, quer ao nível da decisão quanto a estas matérias, quer no que se refere ao apoio prestado aos revisores no âmbito do cumprimento das diversas formalidades que estão associadas a este processo.

Na sequência da aprovação do novo Estatuto da Ordem e da exigência de pluralidade de sócios ROC, no caso das sociedades de revisores oficiais de contas, o ano de 2016 envolveu um aumento significativo de trabalho ao nível da Comissão de Inscrição, decorrente sobretudo das alterações estatutárias que foi necessário efetuar num número muito significativo de SROC.

Deste modo, no decurso do ano foram realizadas 14 reuniões plenárias desta Comissão, tendo-se respondido com a celeridade possível aos pedidos formulados pelos membros da OROC. De salientar que cada reunião da Comissão de Inscrição exige a preparação prévia e análise dos processos submetidos para apreciação, de forma a assegurar o cumprimento integral dos diversos formalismos legais exigidos para que se possa proceder, quer a novos registos, quer às múltiplas alterações a nível estatutário que ocorrem no âmbito das SROC.

As alterações na atividade dos ROC foram objeto de atualização semanal das Listas dos Revisores Oficiais de Contas, das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas e das outras formas de agrupamento de Sociedades de Revisores Oficiais de Contas, quer no sítio da Ordem na *internet*, quer mediante a respetiva comunicação ao Departamento de Supervisão de



Auditoria da CMVM, tarefa que foi particularmente complexa, dada a necessidade de ajustar, por diversas vezes ao longo do ano, a forma e suporte de comunicação com esta entidade.

De acordo com as responsabilidades estatutárias e regulamentares aplicáveis à Comissão de Inscrição, esta coordenou ainda as atividades relacionadas com o Júri de Exame e com a preparação e realização das provas escritas e orais, para efeitos do processo de admissão à Ordem, tendo respondido aos diversos pedidos de informação que lhe foram formulados por eventuais interessados na admissão à Ordem.

Júri de Exame

Realizaram-se em 2016 as quatro provas escritas do Exame para ROC previstas no Regulamento de Inscrição e Exame, bem como as provas orais para os candidatos que já obtiveram aprovação no conjunto das quatro provas escritas previstas.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados das provas escritas realizadas em 2016:

	1. ^a Prova	2. ^a Prova	3. ^a Prova	4. ^a Prova	Total 2016	Total 2015	Varição
N.º de inscritos	186	112	101	94	493	475	18
Lisboa	99	68	56	48	271	282	-11
Porto	87	44	45	46	222	193	29
N.º de presenças	145	87	88	84	404	379	25
Lisboa	76	52	48	41	217	220	-3
Porto	69	35	40	43	187	159	28
Faltas	41	25	13	10	89	96	-7
Lisboa	23	16	8	7	54	62	-8
Porto	18	9	5	3	35	34	1
N.º de aprovações	49	46	43	76	214	142	72
Lisboa	26	30	24	38	118	76	42
Porto	23	16	19	38	96	66	30
N.º de reprovações	96	41	45	8	190	237	-47
Lisboa	50	22	24	3	99	144	-45
Porto	46	19	21	5	91	93	-2
% aprovações (face às presenças)	34%	53%	49%	90%	53%	37%	+16pp
Lisboa	34%	58%	50%	93%	54%	35%	+19pp
Porto	33%	46%	48%	88%	51%	42%	+9pp



Handwritten notes in blue ink on the right margin, including the letters 'L', 'NT', 'D', '12', 'ed', and 'G'.

Os dados apresentados no quadro anterior refletem, no conjunto das quatro provas e face ao ano de 2015, um ligeiro aumento de candidatos inscritos e de presenças no exame.

No que se refere ao nível de aprovações em 2016, o mesmo cifrou-se em cerca de 53%, contrariamente ao sucedido em 2015, em que se registou uma percentagem de reprovações excecionalmente elevada.

No entanto, manteve-se o habitual nível de exigência muito elevado no acesso à profissão, o que, em simultâneo com o rigoroso controlo de qualidade existente, reflete, de forma inequívoca, os elevados padrões de qualidade, rigor e exigência da atividade de revisor oficial de contas, que se situam nos níveis mais elevados das atividades liberais desenvolvidas em Portugal.

Foram realizados dois sorteios dos temas das provas orais, em 14 de abril e em 17 de novembro de 2016, tendo sido atribuídos 69 temas, para desenvolvimento pelos candidatos, com vista à sua apresentação e discussão final. Foram realizadas 52 provas orais (em 2015, 89 provas orais), relativas aos candidatos do 2.º sorteio de 2015 e do 1.º sorteio de 2016, tendo sido aprovados 35 candidatos e reprovados 17 candidatos, tendo-se ainda registado a não comparência de 3 candidatos. As provas orais relativas aos candidatos do 2.º sorteio de 2016 só se realizarão em abril de 2017.

Comparativamente ao ano de 2015, verificou-se uma redução de 37 candidatos a provas orais, tendo o número de candidatos aprovados registado uma redução de 24 enquanto o número de reprovados teve uma redução de 7.

De salientar ainda que, à semelhança dos anos anteriores, o Júri de Exame continua a ser composto por elementos independentes dos formadores do curso de preparação para revisor oficial de contas, de forma a garantir o reforço da independência na avaliação dos conhecimentos dos participantes, não obstante a interdependência que se continuou a assegurar entre as matérias ministradas no curso de preparação e o conteúdo das provas de exame.

Comissão de Estágio

No ano de 2016 a Comissão de Estágio realizou 10 reuniões, nas quais foram tomadas deliberações relativas aos vários processos de estágio ao abrigo do Regulamento de Estágio.



Handwritten notes in blue ink:
L
125
D
M
C
C

A evolução do número de membros estagiários ao longo dos últimos três anos foi a seguinte:

Indicador	2016	2015	2014
Estagiários em 1 de janeiro	137	134	113
Estágio iniciados	35	34	48
Estágios concluídos com aprovação	40	28	25
Exclusões de Estágio	0	1	0
Desistências de Estágio	0	0	2
Estágios encerrados por dispensa	0	2	0
Estagiários em 31 de dezembro	132	137	134

No decurso do ano de 2016 foram realizadas, através dos respetivos júris constituídos para o efeito, 35 provas de avaliação final de estagiários. Realizaram-se 72 reuniões de coordenadores de estágio com membros estagiários e patronos, no âmbito do acompanhamento e apreciação semestral dos respetivos estágios. Realizaram-se ainda 7 entrevistas para efeitos de dispensa de estágio.

A par do acompanhamento e avaliação dos processos de estágio, deu-se continuidade à estratégia de integração dos membros estagiários na OROC, através da sua inserção nos procedimentos de divulgação e distribuição de circulares, normas, publicações e acesso ao Manual do ROC, bem como na incentivação à participação nas ações de formação e encontros organizados sob a égide da Ordem.

3.2.4 Departamento de Controlo de Qualidade e Supervisão

No âmbito do controlo de qualidade, a Comissão do Controlo de Qualidade (CCQ) procedeu ao seguinte:

- Divulgou com data de 30 de junho de 2016 o relatório da atividade desenvolvida e as conclusões extraídas das ações de controlo executadas no período compreendido entre 01 de julho de 2015 e 30 de junho de 2016 sobre as auditorias relativas ao ano de 2014;
- Promoveu a realização do Sorteio Público de 14 de julho de 2016 visando os controlos a exercer pela OROC, nos termos do Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria



Handwritten signature in blue ink, likely of a representative of the OROC.

(RJSA), aos ROC e SROC que não exercem funções de interesse público em entidades de interesse público, referentes às auditorias relativas ao ano de 2015;

- Estabeleceu com a CMVM (Departamento de Supervisão de Auditoria-DSA), o supervisor de auditoria desde 1 de janeiro de 2016, a comunicação acordada relativa ao controlo de qualidade executado pela OROC, durante o período findo em 30 de Junho de 2016 e os planos para os controlos a executar pela OROC relacionados com o Sorteio Público de 14 de julho de 2016.

Sorteios Públicos

Na sequência do sorteio público realizado em 8 de julho de 2015, foram executados e concluídos até 30 de Junho de 2016, os controlos de qualidade então determinados a 98 entidades, envolvendo 31 ROC, 28 SROC e 39 SROC e ROC com intervenção em entidades de interesse público (EIP), correspondendo a 200 dossiês, cujas conclusões foram apresentadas no relatório da CCQ acima referido e que a seguir se sintetizam:

Síntese das conclusões do controlo horizontal por categorias e por entidades:

	Total de ROC/SROC Sorteados 2015		ROC/SROC de EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem nada de especial a referir	74	76%	28	72%	21	75%	25	81%
Com observações e recomendações de menor relevância	19	19%	11	28%	4	14%	4	13%
Com observações e recomendações de relevância	2	2%	-	-	2	7%	-	-
Com resultados insatisfatórios	1	1%	-	-	-	-	1	3%
Anulados	1	1%	-	-	1	4%	-	-
Transitados para o ano seguinte	1	1%	-	-	-	-	1	3%
Total de Entidades	98	100%	39	100%	28	100%	31	100%



Handwritten notes in blue ink:
b
PT
D
M
ed
Conf

Síntese das conclusões do controlo vertical por categorias e dossiês:

	Total de Dossiês 2015		ROC/SROC com EIP		SROC de outras entidades		ROC de outras entidades	
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
Sem nada de especial a referir	136	68%	100	81%	21	47%	15	48%
Com observações e recomendações de menor relevância	42	20%	16	13%	14	31%	12	39%
Com observações e recomendações de relevância	20	10%	7	6%	10	22%	3	10%
Com resultados insatisfatórios	-	-	-	-	-	-	-	-
Anulados	1	1%	1	-	-	-	-	-
Transitados para o ano seguinte	1	1%	-	-	-	-	1	3%
Total de Dossiês	200	100%	124	100%	45	100%	31	100%

Síntese da comunicação com a CMVM

A CCQ efetuou, relativamente aos controlos do sorteio público de 2015, comunicações similares às previstas no Regulamento n.º 654/2010 do CNSA. A CCQ efetuou com o DSA duas reuniões, em 19 de outubro de 2016 e em 29 de novembro de 2016 para esclarecer as questões suscitadas pelo DSA nos documentos comunicados à OROC em 14 de julho de 2016 e 14 de novembro de 2016, relacionadas com as conclusões da OROC sobre os controlos efetuados aos ROC/SROC de entidades de interesse público e aos ROC/SROC sem entidades de interesse público, respetivamente, no período findo em 30 de Junho de 2016. Ainda no âmbito destes controlos foram comunicados ao DSA os planos para executar os acompanhamentos deles decorrentes. Adicionalmente foram comunicadas ao DSA as conclusões dos acompanhamentos decorrentes dos controlos de 2014.

No âmbito do planeamento dos controlos relativos ao sorteio público de 2016 foi realizada em 17 de junho de 2016 reunião na CMVM, na qual, a OROC foi informada das datas chave previstas para a execução e comunicação à CMVM das várias atividades referentes ao controlo de qualidade a exercer pela OROC no período a iniciar em 1 de Julho de 2016. Estas datas chave para as comunicações ao DSA foram apresentadas na sessão do sorteio público realizado em 14 de julho de 2016 e constam do Programa de Intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade no ciclo 2016/2017 Dando cumprimento ao estabelecido naquele documento a CCQ comunicou ao DSA em 30 de setembro de 2016, o seguinte relativamente ao ciclo 2016/2017:



- Critérios de seleção do Sorteio Público de 14 de julho de 2016 e programa de intervenção da Comissão de Controlo de Qualidade;
- Lista das entidades a controlar sorteadas no Sorteio Público;
- Lista anual dos Controladores Relatores aprovada;
- Listas das entidades sorteadas, organizada por SROC e ROC, com a afetação do controlador relator e dos dossiês selecionados para controlo em cada entidade;
- Cópias dos Guias de Controlo e do Relatório de Conclusões e Recomendações a utilizar.

Handwritten signature in blue ink.

Acompanhamento de controlos com observações e recomendações de relevância

A CCQ coordenou a realização das ações de acompanhamento executadas pelos controladores relatores relativamente aos processos de controlo de qualidade a dossiês que no controlo de qualidade de anos anteriores evidenciaram observações e recomendações de relevância, solicitando e analisando as medidas e procedimentos a implementar/implementadas no sentido de serem superadas as deficiências e insuficiências detetadas.

Guias de Controlo de Qualidade

Alguns dos guias de controlo de qualidade foram atualizados em resultado da experiência da sua utilização no último ano.

Sorteio Público de 14 de julho de 2016

Na sequência do sorteio de 14 de julho de 2016 foram planeadas e supervisionadas as ações de controlo de qualidade realizadas até 31 de dezembro de 2016, sobre a atividade de 33 SROC e de 45 ROC, que não exerceram funções de interesse público em entidades de interesse público.

Outras ações de Controlo de Qualidade

Para além das ações de controlo de qualidade executadas no âmbito dos Sorteios Públicos, foram ainda realizadas pela Comissão do Controlo de Qualidade outras ações de controlo previstas no Plano de Atividades:

- **Intervenções pontuais**

A Comissão procedeu a controlos de qualidade pontuais solicitados pelo Conselho Diretivo ou por outros Órgãos da Ordem.



[Handwritten notes in blue ink, including the number 2016 and various initials]

- **Controlos Específicos a dossiês selecionados na data do controlo**

No período findo em 30 de junho de 2016, foram realizados vinte e quatro controlos de qualidade específicos, solicitados pelo Conselho Diretivo, nos termos da Circular n.º 37/13.

Atividades de supervisão desenvolvidas

As atividades de supervisão desenvolvidas podem resumir-se como segue:

- Designação de revisores independentes para processos de fusão e cisão e como peritos de processos judiciais e para outros efeitos em resposta às solicitações recebidas;
- Atuação junto das entidades sujeitas a revisão legal de contas de forma a darem cumprimento à obrigatoriedade da nomeação de ROC ou SROC. Esta atividade foi desenvolvida de forma conjugada com o Departamento de Qualificação e Atividade na medida em que a informação disponível o permitiu.

3.2.5 Comissão de Acompanhamento do Código de Ética

Como tem sido referido nos relatórios dos anos transatos, o Conselho Diretivo dedica à aplicação do Código de Ética uma enorme atenção, tendo sido auxiliado nessa matéria pela Comissão de Acompanhamento do Código de Ética.

Esta Comissão reuniu regularmente e prestou apoio à Ordem em diferentes vertentes de questões de natureza ética e da aplicação do código de ética, designadamente no domínio do relacionamento entre membros da Ordem.

3.3 Serviços Regionais do Norte (SRN)

A atividade dos Serviços Regionais do Norte, designação adotada desde 1 de janeiro de 2016 por força da entrada em vigor do novo Estatuto da OROC, teve em 2016 o desenvolvimento habitual, em conformidade com o plano aprovado.

Os SRN, além de assegurar a função de representação no Norte do País, constituíram, como habitualmente, um espaço de apoio administrativo dos Colegas e de Reuniões de Trabalho de Comissões Técnicas e outros grupos e também o local próprio da Formação Contínua dos Revisores e do Curso de Preparação para ROC (CPROC).



Handwritten notes in blue ink:
b
1/11/16
1/11/16
1/11/16
1/11/16
1/11/16
1/11/16

No que respeita à formação contínua, realizaram-se em 2016, no Porto, 58 cursos integrados no programa de formação da OROC, para além do CPROC.

Nos SRN realizaram-se os Encontros habituais, como se encontra descrito no capítulo próprio.

Com o apoio inestimável do Conselho Consultivo e da Colega que executa as funções de adjunta da Direção, foram realizadas diversas ações, incluindo a preparação de Encontros na Ordem e de divulgação da Ordem.

3.4 Outras atividades desenvolvidas

3.4.1 Relações Institucionais

Durante o ano, o Conselho Diretivo efetuou diversas diligências e manteve contactos com diversas entidades mais ligadas ou conexas com a profissão, nomeadamente o Ministério das Finanças, o Ministério da Economia, o Banco de Portugal, a CMVM, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o Tribunal de Contas, a Direção-Geral dos Impostos, a Direção-Geral do Orçamento, a Comissão de Normalização Contabilística e o Conselho Nacional das Ordens Profissionais, sendo que neste último se fez representar pelo seu Bastonário nas reuniões mensais do Conselho.

A Ordem tomou a iniciativa de efetuar diversos contactos com o Ministério das Finanças, incluindo a entrega estruturada de sugestões de alterações legislativas, relacionadas com a necessidade de melhorias ou correções às leis relativas à profissão que entraram recentemente em vigor. Reconhece-se a necessidade de outras alterações legislativas por forma a promover uma coerência entre as diversas leis, no que se refere a aspetos relacionados com a profissão de revisor oficial de contas.

3.4.2 Relações Internacionais

Em 2016 foram reforçados os contactos internacionais, nomeadamente com organismos congéneres, existentes ou em constituição, de países de língua portuguesa. Estão firmados protocolos com Angola (2012), Cabo Verde (2013), e com a ACCA (2014). Adicionalmente às parcerias já existentes espera-se em 2017 confirmar novos protocolos. Para além do referido, reafirmam-se as participações que estão descritas no capítulo dedicado ao Departamento Técnico.



[Handwritten signature]

Neste âmbito a Ordem organizou conjuntamente com a OCAM – Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique e a Universidade Politécnica, um Programa de formação para Auditores em Moçambique o qual, fruto da parceria acima indicada, poderá ser conducente à obtenção do grau de mestre.

3.4.3 XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas

A Ordem promoveu nos dias 15 e 16 de setembro o XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas, no Fórum Lisboa, em Lisboa, subordinado ao tema "Auditoria na Supervisão".

O Congresso realizou-se no Fórum Lisboa, tendo o Conselho Diretivo recebido notícias de um balanço em todos os aspetos positivo.

Durante dois dias, um painel de oradores de elevado prestígio, devendo em especial referirem-se suas Excelências o Presidente da República, o Ministro das Finanças e o Ministro da Economia, analisaram e debateram assuntos da atualidade, centrados nas exigências, desafios e soluções determinantes para as mudanças na profissão. Além de oradores nacionais de todos os domínios, este ano o Congresso contou também com a presença do Presidente da FEE.

Foi enfatizada por todos os presentes a importância do Congresso para a profissão, para o reforço das relações profissionais e de amizade entre os membros da Ordem presentes. Foi especialmente considerada a importância das reflexões profundas sobre a profissão e sobre o contexto económico, social e regulamentar em que se enquadra.

Salientamos a participação de cerca de 700 congressistas, número nunca antes atingido. Tal foi a expressão clara da importância dada à profissão e da vontade de participar na reflexão que sempre se impõe sobre como melhor exercer a atividade e defender o interesse público.

Pela importância dos saberes partilhados, foi dedicado um número da Revista Revisores e Auditores aos temas do Congresso. Como é claro, tal é, ainda assim, insuficiente face à riqueza dos painéis e discursos proferidos. A Ordem mantém no seu sítio na *internet* os discursos e apresentações disponibilizados.



Handwritten notes in blue ink:
b
M
AD
M
at
Gonç

3.4.4 Eventos

3.4.4.1 25 Anos de Profissão, Receção aos Novos Colegas e Homenagem aos Revisores Oficiais de Contas Falecidos

Foi realizada a cerimónia, que teve lugar em 14 de julho, na União de Associações do Comércio e Serviços, com significativa presença de colegas. À semelhança de anos anteriores, foram também agraciados 39 Revisores Oficiais de Contas que completaram 25 anos de atividade profissional.

No âmbito desta cerimónia, teve lugar a receção aos novos ROC, tendo sido feita a entrega dos respetivos Certificados a 60 Colegas que completaram o estágio e concluíram com sucesso o ciclo de qualificação profissional e a quem a Ordem formula votos dos mais amplos sucessos pessoais e profissionais.

Também nesta cerimónia, a Ordem procedeu à homenagem póstuma aos Revisores Oficiais de Contas que faleceram no 2.º semestre de 2015 e 1.º semestre de 2016.

3.4.4.2 Encontros na Ordem

Dando continuidade a este importante meio de comunicação entre os ROC, no ano de 2016 realizaram-se os seguintes Encontros, que tiveram a participação de significativo número de Colegas:

- Em Lisboa - "Perspetivas e desafios do Portugal 2020" com a intervenção de Sua Excelência o Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão Dr. Nelson de Souza;
- No Porto - "Erosão das Bases Tributáveis e Deslocalização de Lucros (BEPS)" tendo como orador o Dr. Rui Dinis Nascimento, Adjunto do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e fiscalista;
- Em Lisboa e no Porto - Sessões de esclarecimento – "A Responsabilidade Civil Profissional dos Revisores Oficiais de contas" com a colaboração da Dra. Anabela



- Araújo e da Dra. Andreia Pinto Teixeira, respetivamente Diretora do Dep.º de Sinistros e Associada sénior na Aon Portugal, Corretores de Seguros, S.A.;
- Em Lisboa e no Porto - “Boas práticas na gestão de projetos do Portugal 2020 para o sucesso na realização do Investimento”, com a intervenção do Senhor Eng.º Pedro Cilínio, Diretor da Direção de Investimento para a Competitividade Empresarial do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.;
 - Em Lisboa e no Porto – “Recomendações do BCE sobre a gestão de crédito com sinais de imparidade – Potenciais implicações na política de crédito das Instituições Financeiras”, com a colaboração do Dr. Miguel Manso, Group Risk Officer do grupo Banco Comercial Português;
 - Em Lisboa - “Programa Capitalizar – Instrumentos de Financiamento”, com a colaboração do Dr. Nuno Gonçalves, Adjunto da Comissão Executiva da EMCE (Estrutura de Missão para a Capitalização das Empresas);
 - No Porto - “Por uma fiscalidade mais amiga e mais útil” com a colaboração do Sr. Eng. José António Ferreira Barros, Presidente da Comissão Executiva da EMCE;
 - No Porto - “A Instituição Financeira de Desenvolvimento – IFD: Missão e Instrumentos Financeiros”, com a colaboração do Dr. José Fernando Figueiredo, Presidente Executivo da IFD;
 - No Porto - “Passado e futuro do relato não-financeiro – a Diretiva 2014/95/EU a partir de 2017 – o caso especial das PME”, com a colaboração da Drª. Helena Gonçalves, docente da Universidade Católica Porto Business School.

4 Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2016, os recursos humanos da Ordem eram constituídos por 24 colaboradores permanentes e 2 assessores.

A Ordem conta, ainda, com um vasto leque de colaborações eventuais de ROC e outros profissionais, especialmente nas Comissões Técnicas e Grupos de Trabalho.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'B', 'M', 'D', 'M', 'C', and 'G'.

5 Análise económica e financeira

5.1 Análise económica

A continuidade da política de controlo dos gastos, a diminuição dos custos com o controlo de qualidade, o acréscimo moderado dos rendimentos e o resultado do XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas, permitiu que a OROC apurasse neste exercício um resultado de 155 699 euros.

5.1.1 Rendimentos e ganhos

Evolução geral

Os rendimentos da OROC ascenderam a 2 161 188 euros, registando um acréscimo global líquido de 142 090 euros (+7%) face a 2015, como se evidencia no quadro seguinte:

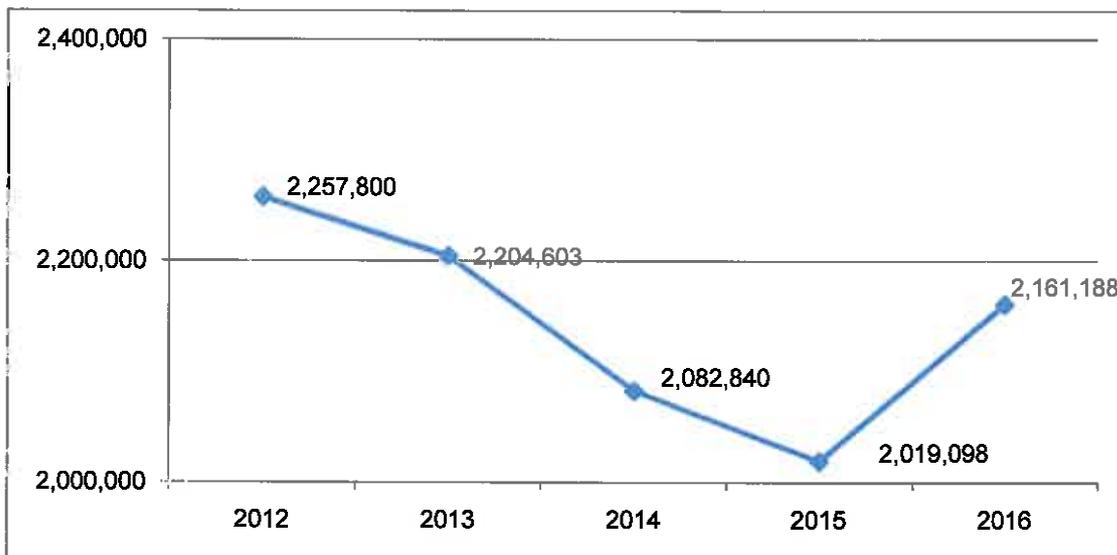
Rendimentos e Ganhos	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Quotas	1 184 174	1 177 423	6 751	0,6
Ações de formação	452 156	442 151	10 005	2,3
Inscrição, estágio e outros emolumentos	402 937	317 821	85 116	26,8
Outros	121 921	81 703	40 218	49,2
Total	2 161 188	2 019 098	142 090	7,0

O aumento de rendimentos verificado é transversal a todas as rubricas.



*h
at
13/14
14/15
15/16
16/17
17/18
18/19
19/20
20/21
21/22
22/23
23/24
24/25
25/26
26/27
27/28
28/29
29/30
30/31
31/32
32/33
33/34
34/35
35/36
36/37
37/38
38/39
39/40
40/41
41/42
42/43
43/44
44/45
45/46
46/47
47/48
48/49
49/50
50/51
51/52
52/53
53/54
54/55
55/56
56/57
57/58
58/59
59/60
60/61
61/62
62/63
63/64
64/65
65/66
66/67
67/68
68/69
69/70
70/71
71/72
72/73
73/74
74/75
75/76
76/77
77/78
78/79
79/80
80/81
81/82
82/83
83/84
84/85
85/86
86/87
87/88
88/89
89/90
90/91
91/92
92/93
93/94
94/95
95/96
96/97
97/98
98/99
99/100*

A evolução dos rendimentos e ganhos nos últimos 5 anos pode mostrar-se como segue:



Quotas

No ano de 2016 ocorreu um ligeiro aumento do valor das quotas, as quais representaram cerca de 55% do total dos rendimentos gerados no período. O incremento resulta do ligeiro aumento verificado na atividade reportada pelos ROC e SROC em funções de interesse público.

Ações de formação

Os rendimentos com ações de formação respeitam ao CPROC no valor de 174 804 euros (179 033 em 2015) e à formação contínua no valor de 277 353 euros (263 118 euros em 2015). A atividade de formação registou um acréscimo essencialmente devido a um aumento do número de inscrições registadas.

Inscrição, estágio e outros rendimentos

O aumento do valor referente a estas rubricas resulta essencialmente do aumento dos rendimentos relacionados com as inscrições e patrocínios obtidos para o XII Congresso cujo montante total ascendeu a 114 075 euros e 19 575 euros, respetivamente.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and some illegible scribbles.

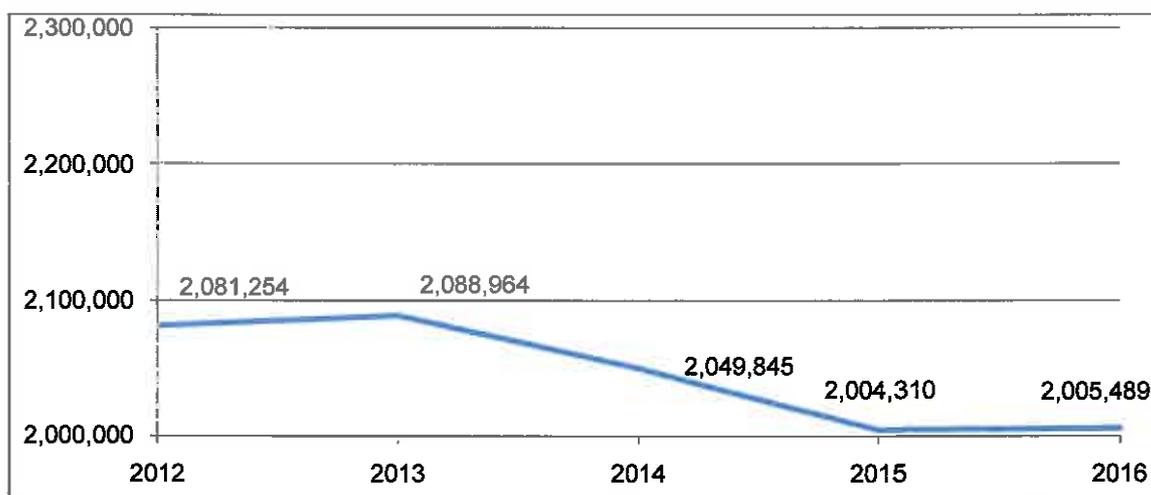
5.1.2 Gastos e perdas

Evolução geral

Os gastos em 2016 atingiram a quantia de 2 005 489 euros, tendo sido verificado um ligeiro acréscimo de 1 179 euros relativamente ao ano anterior. A sua evolução sintetiza-se no quadro seguinte:

Gastos e Perdas	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Fornecimentos e serviços externos	1 097 138	1 118 314	-21 176	-1,9
Gastos com o pessoal	710 815	701 911	8 904	1,3
Gastos de depreciações e de amortizações	81 031	69 036	11 995	17,4
Provisões	4 958	9 050	-4 092	-45,2
Outros gastos e perdas	111 547	105 999	5 548	5,2
Total	2 005 489	2 004 310	1 179	0,1

A evolução dos gastos e perdas nos últimos cinco anos pode mostrar-se como segue:



Comentam-se em seguida os aspetos mais significativos que influenciaram o comportamento dos gastos e perdas.



Handwritten notes in blue ink:
b
LRF
D
M
only
Good

Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica mantém-se, naturalmente, como a rubrica de maior expressão na estrutura de gastos da OROC. Em 2016 esta rubrica está influenciada pelos gastos diretos relacionados com o XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas (81 712 euros). O gasto com honorários representa cerca de 51% do valor total desta rubrica (62% em 2015). As naturezas principais de gastos são as seguintes:

Natureza	2016	2015	Variação	
			Valor	%
Honorários	554 957	688 639	-133 682	-19,4
Comissões, controladores-relatores e Júri de exame	227 760	336 702	-108 942	-32,4
Assessores	84 796	84 796	0 00	0,00
Formadores	201 099	224 093	-22 994	-10,3
Outros	41 302	43 048	-1 746	-4,1
Trabalhos especializados	199 680	177 447	22 233	12,5
Deslocações e estadas	110 198	80 144	30 054	37,5
Outros Fornec. e Serviços	232 303	172 084	60 219	35,0
	1 097 138	1 118 314	-21 176	-1,9

A diminuição verificada com os honorários das Comissões, Controladores Relatores e Júri de exame está relacionada com a diminuição dos custos com o controlo de qualidade para 107 362 euros (191 198 euros em 2015). Os aumentos verificados nas restantes rubricas dos fornecimentos e serviços externos estão relacionados com os gastos com o XII Congresso dos Revisores Oficiais de Contas.

Outros gastos e perdas

Esta rubrica integra essencialmente as quotizações para entidades e instituições de que a OROC é membro, destacando-se a IFAC e a FEE.

5.2 Evolução dos fundos patrimoniais

Evidencia-se no gráfico seguinte a evolução verificada nos fundos patrimoniais nos últimos 5 anos:



Handwritten notes in blue ink:
b
cont
no
MS
[Signature]

5.3.2 Execução do orçamento de rendimentos

Na execução orçamental de rendimentos em 2016, salientam -se:

- O desvio favorável nas quotas faturadas, no montante de 16 854 euros (1,4%);
- O desvio favorável dos rendimentos provenientes de inscrição, estágio e outros emolumentos (50,8%);
- O desvio favorável dos outros rendimentos provenientes essencialmente dos patrocínios ao congresso, reversões de imparidade, variação do justo valor em instrumentos financeiros e dos serviços de tradução prestados à Comissão Europeia (81,8%); e
- O desvio desfavorável das ações de formação no montante de 98 459 euros (17,9%)

5.3.3 Execução do orçamento de gastos

Na execução orçamental de gastos em 2016, sublinham-se:

- O desvio favorável nos Fornecimentos e serviços externos cujo montante ascendeu a menos 46.849 euros (-4,1%) do que o previsto;
- O desvio favorável dos gastos com o pessoal cujo montante ascendeu a menos 26.579 euros (-3,6%) que o previsto;
- O desvio favorável dos gastos com depreciações e amortizações (-6,8%);
- O desvio desfavorável das perdas com imparidade que ascendeu a 14 129 euros; e
- O desvio desfavorável dos outros gastos e perdas que ascendeu a mais 33 023 euros (+39,6%) do que o orçamentado.

5.4 Análise financeira

A estrutura do Balanço reflete uma substancial autonomia financeira (90%) bem como uma significativa solvabilidade global (Ativo / Passivo) de 10,07 e um elevado rácio da estrutura de financiamento (Fundos patrimoniais / Capital alheio) de 9,07.

Nas fontes de financiamento da OROC continua a verificar-se uma dependência significativa do sistema de quotização variável em função da atividade dos seus membros. Pretende continuar-se o incremento e diversificação das atividades de formação, com o objetivo de reduzir a dependência do sistema de quotização e o esforço permanente de racionalização dos gastos de estrutura e o aumento da produtividade dos meios disponíveis.



B
MT
D
AA
[Handwritten signature]

5.5 Execução do orçamento de investimentos

O orçamento de investimentos apresenta uma realização de 1.863 euros, para uma previsão de 55.000 euros, como se evidencia no quadro seguinte:

RUBRICAS	Realizado 2016	Orçamento 2016	Desvio Real-Orçam.	Desvio %
ATIVO FIXO TANGÍVEL				
Edifícios e outras construções	6 451		6 451	
Móveis e utensílios/Equip. Administrativo	3 058	5 000	-1 947	-38.94
Equipamento de tratamento de dados		50 000	-50 000	
Biblioteca	1 057		1 057	
Total	10 566	55 000	-44 439	-80.8

O orçamento de investimentos relacionado com a renovação do parque informático da Ordem que estava previsto realizar em 2016 está neste momento em estudo para ser concretizado no decorrer de 2017.

6 Perspetivas futuras

A crise económica que o país atravessa, embora atualmente mais atenuada, continuará necessariamente a influenciar a atividade dos Revisores Oficiais de Contas e a respetiva organização profissional. Como já referido no ano anterior, o Conselho Diretivo, ciente das dificuldades existentes, inscreveu nos Planos de Atividades dos anos anteriores medidas que considerou adequadas para ajudar a reduzir os impactos da crise nas estruturas dos profissionais, sobretudo de pequena e média dimensão. Tais preocupações foram mantidas no Plano de Atividades para 2017.

O ano de 2016 continuou a apresentar perspetivas pouco positivas e grandes incertezas quanto ao futuro. Continuamos, todavia, a acreditar que com a mobilização de todos, iremos ser capazes de vencer as batalhas que a crise económica e financeira nos obriga a travar.

A alteração do quadro legislativo que regula a profissão tem trazido algumas alterações que continuarão a ser estudadas e implementadas durante 2017, num quadro de maior exigência em termos da organização dos revisores oficiais de contas e do seu exercício profissional.

O Conselho Diretivo procurará dar o maior contributo para a melhor implementação de novos procedimentos que sejam necessários. Procurará a melhor defesa do interesse público e, na



medida do seu alcance, minimizar os eventuais impactos negativos sobre a atividade dos Revisores Oficiais de Contas.

7 Proposta de aplicação dos resultados

Tendo em consideração o resultado líquido apurado em referência a 2016 no montante total de 155 699 euros, o Conselho Diretivo propõe que o mesmo se mantenha como reforço dos Fundos Patrimoniais, transferindo-se para resultados transitados.

8 Homenagem póstuma

A Ordem presta a sua homenagem a todos os Colegas falecidos e expressa as mais sentidas condolências às famílias dos Colegas Revisores Oficiais de Contas que deixaram o nosso convívio em 2016, e que foram os seguintes:

ROC N.º	Nome	Data de falecimento
187	Joaquim Vicente Pinto	01-01-2016
359	José Vieira dos Reis	17-02-2016
662	Armindo Batista da Silva	28-10-2016

Reiteramos a nossa homenagem ao Colega José Vieira dos Reis, primeiro Bastonário da Ordem, referindo a nossa dívida pelo seu grande contributo para a sustentabilidade da profissão.

9 Agradecimentos

O Conselho Diretivo deseja agradecer aos Revisores Oficiais de Contas em geral, aos membros dos demais Órgãos Sociais, das Comissões Estatutárias e das Comissões Técnicas, dos Grupos de Trabalho, ao Pessoal da Ordem, bem como a todas as entidades públicas e privadas, toda a colaboração que prestaram à OROC durante o ano de 2016.

Lisboa, 2 de março de 2017



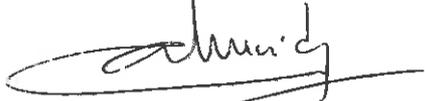
O Conselho Diretivo


José Maria Monteiro de Azevedo Rodrigues


José Rodrigues de Jesus


António Marques Dias


Óscar Manuel Machado de Figueiredo


Vítor Manuel Batista de Almeida


Luís Guilherme de Noronha e Távora Pinheiro Torres


Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade, Independência, Competência.

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Demonstrações Financeiras 2016

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Anexo



h
2015
3 AP
M
Conf

Balanço em 31 de dezembro de 2016

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-2016	31-dez-2015
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	2 397 822	2 468 115
Ativos intangíveis	6	-	173
Outros Investimentos Financeiros	11	550 305	212 305
		2 948 127	2 680 593
Ativo corrente			
Inventários	7	12 256	5 542
Associados	8	93 997	104 096
Outras contas a receber	9	21 644	34 529
Diferimentos	10	10 910	3 395
Outros Ativos Financeiros	11	301 712	291 972
Caixa e depósitos bancários	4	2 607 147	2 770 891
		3 047 666	3 210 425
Total do ativo		5 995 793	5 891 018
Fundos patrimoniais e passivo			
Fundos patrimoniais			
Resultados transitados		5 029 334	5 014 546
Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	215 625	215 625
Resultado líquido do período		155 699	14 788
Total dos fundos patrimoniais		5 400 658	5 244 959
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	13	60 839	55 881
		60 839	55 881
Passivo corrente			
Fornecedores		36 273	41 726
Estado e outros entes públicos	14	33 075	37 950
Diferimentos	10	139 317	127 003
Outras contas a pagar	15	325 631	383 499
		534 296	590 178
Total do passivo		595 135	646 059
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		5 995 793	5 891 018

Lisboa, 2 de março de 2017



**ORDEM DOS
REVISORES OFICIAIS
DE CONTAS**

Integridade. Independência. Competência.

B
MT
B
M
only
Conf

**Demonstração dos resultados por naturezas
Período findo em 31 de dezembro de 2016**

Montantes em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Serviços prestados	16	2 039 268	1 937 395
Fornecimentos e serviços externos	17	-1 097 138	-1 118 314
Gastos com o pessoal	18	- 710 815	- 701 911
Imparidade de dívidas a receber(perdas/reversões)	8	6 689	9 720
Provisões	13	- 4 958	- 9 050
Aumento/redução do justo valor		9 960	2 798
Outros rendimentos e ganhos	19	79 304	42 852
Outros gastos e perdas	20	- 91 011	- 101 603
Resultado antes de depreciações, amortizações e gastos de financiamento		231 299	61 887
Gastos de depreciações e de amortizações	5/6	- 81 031	- 69 036
Resultado operacional		150 268	- 7 149
Juros e rendimentos similares obtidos		11 838	26 333
Juros e gastos similares suportados		- 6 407	- 4 396
Resultado líquido do período		155 699	14 788

Lisboa, 2 de março de 2017



b
MT
D
A
Conf
+
1

Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

Período findo em 31 de dezembro de 2015

Montantes em Euros

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2015		4 981 551		32 995	5 014 546
Aplicação de resultados		32 995		- 32 995	0
Outras Variações Fundos Patrimoniais	12		215 625		215 625
Resultado líquido do período				14 788	14 788
Posição em 31.12.2015		5 014 546	215 625	14 788	5 244 959

Período findo em 31 de dezembro de 2016

Descrição	Notas	Resultados Transitados	Outras Variações nos Fundos Patrimoniais (Nota 12)	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição em 1.1.2016		5 014 546	215 625	14 788	5 244 959
Aplicação de resultados				- 14 788	0
Resultado líquido do período		14 788		155 699	170 487
Posição em 31.12.2016		5 029 334	215 625	155 699	5 400 658

Lisboa, 2 de março de 2017



b
10
M
Conf

Demonstração dos fluxos de caixa
Período findo em 31 de dezembro de 2016

Montantes em Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de associados e outros		2 049 367	2 019 754
Pagamentos a fornecedores		-1 097 857	-1 106 218
Pagamentos ao pessoal		- 713 813	- 701 912
Caixa gerada pelas operações		237 697	211 624
Recebimentos referentes a seguro RCP	4	1 010 906	882 813
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		48 488	26 331
Entregas referentes a seguro RCP	4	- 996 185	- 877 510
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		- 106 344	- 134 899
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		194 562	108 359
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		- 10 566	- 129 090
Ativos intangíveis		0	0
Outros Investimentos Financeiros		- 338 000	- 212 305
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		- 348 566	- 341 395
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Subsídios e doações	12	0	215 625
Varição de caixa e seus equivalentes ((1)+(2)+(3))		- 154 004	- 17 411
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 062 863	3 080 274
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 908 859	3 062 863

Lisboa, 2 de março de 2017



[Handwritten notes and signatures in blue ink]

ANEXO

O presente Anexo compreende as divulgações que a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) considera deverem ser relatadas com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2016, incluindo as que são exigidas pelo referencial contabilístico que lhe é aplicável.

1. Introdução

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública a quem compete representar e agrupar os seus membros e superintender em todos os aspetos relacionados com a profissão, nos termos do respetivo Estatuto aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016. De referir que foi também publicado, em 9 de setembro, o Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria, aprovado pela Lei n.º 148/2015, com entrada em vigor também em 1 de janeiro de 2016. No ano de 2016 a Ordem desenvolveu todo o trabalho possível com vista a contribuir na implementação destas novas leis relativas à profissão de Revisor Oficial de Contas, verificando-se os efeitos desse trabalho em alguns gastos suportados no período. A redução dos gastos com o controlo de qualidade neste período é decorrente da entrada em vigor daquelas leis.

A Ordem tem a sua sede em Lisboa e Serviços Regionais no Norte, instalados no Porto.

Outras informações podem ser obtidas na página da *internet* www.oroc.pt ou através do endereço eletrónico: sec.orgsociais@oroc.pt.

2. Referencial contabilístico

Aproveitando a faculdade prevista no art.º 9.º - E do Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho a OROC optou por aplicar, com as necessárias adaptações, o conjunto das normas contabilísticas e de relato financeiro compreendidas no SNC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

Todos os valores apresentados neste anexo estão expressos em Euros.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Rédito

O rédito é reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados às atividades fluirão para a entidade e a respetiva quantia puder ser mensurada com fiabilidade.



Handwritten notes and signatures in blue ink.

Conta	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	2 000	19 305	19 305	2 000
Depósitos à ordem	500 014	7 748 797	7 358 775	890 036
Outros depósitos bancários	2 268 876	2 815 898	3 369 663	1 715 111
Outros Ativos Financeiros	291 972	15 510	5 771	301 711
Caixa e equivalentes de caixa	3 062 862	10 599 510	10 753 514	2 908 858

A Ordem procede à entrega à companhia de seguros dos montantes referentes aos prémios das apólices de Grupo de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional de responsabilidade dos seus membros. Por sua vez procede à cobrança desses prémios junto dos membros respetivos. Os fluxos de entrega e de cobrança estão considerados como fluxos de caixa referentes às atividades operacionais. Esses fluxos foram considerados de forma desagregada por se terem observado diferimentos com alguma expressão entre o momento de entrega e os momentos de cobrança.

Os saldos das contas de depósitos bancários estão disponíveis para uso.

5. Ativos fixos tangíveis

O movimento nas rubricas de ativos fixos tangíveis durante o período resume-se como segue:

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Out Construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta inicial	584 225	2 747 633	59 700	759 346	77 283	4 228 228
Depreciações acumuladas iniciais	0	933 144	59 700	691 535	75 734	1 760 113
Saldo no início do período	584 225	1 814 489	0	67 811	1 590	2 468 115
Aumentos do período	0	6 451	0	3 058	1 057	10 566
Aquisições	0	6 451	0	3 058	1 057	10 566
Diminuições do período	0	54 916	0	25 633	310	80 859
Depreciações	0	54 916	0	25 633	310	80 859
Quantia bruta final	584 225	2 754 084	59 700	762 404	78 381	4 238 794
Depreciações acumuladas finais	0	988 060	59 700	717 168	76 044	1 840 972
Saldo no final do período	584 225	1 766 024	0	45 236	2 337	2 397 822



Handwritten notes in blue ink:
b
IAT
D
aly
Gmf

6. Ativos intangíveis

O movimento desta rubrica durante o período foi o seguinte:

Descrição	Programas de computador
Quantia bruta inicial	344 620
Amortizações acumuladas	344.447
Saldo no início do período	173
Aumentos no período	0
Aquisições	0
Diminuições no período	173
Amortizações	173
Quantia bruta final	344 620
Amortizações acumuladas finais	344 620
Saldo no final do período	0

Os programas de computador mais relevantes a que se referem os ativos intangíveis são os relativos à aplicação para registo e controlo de atividade da profissão.

7. Inventários

Os inventários são relativos essencialmente a publicações técnicas cujo movimento durante o período foi o seguinte:

Mercadorias	31-12-2016	31-12-2015
Inventários iniciais	5 542	5 739
Compras	12 404	
	17 946	5 739
Custo das mercadorias vendidas	147	197
Ofertas	5 543	0
Inventários finais	12 256	5 542

8. Associados

O valor a receber de associados em referência a 31.12.2016 ascende a 126 379 euros (no ano anterior: 143 167 euros) o qual é apresentado no balanço deduzido das perdas por imparidade estimadas no montante de 32 382 euros (no ano anterior: 39 070 euros). Assim, as quantias a receber totalizam 93 997 euros em referência a 31.12.2016 (no ano anterior: 104 096 euros).



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

As perdas por imparidade estimadas registaram durante o período o movimento seguinte:

Perdas por imparidade de associadas	2016	2015
Saldo no início do período	39 070	55 791
Perdas por imparidade	14 129	
Reversão e anulação (por abate direto de saldos)		7 000
Reversão e anulação (por abate de saldos)	20 817	9 721
Saldo no final do período	<u>32 382</u>	<u>39 070</u>

9. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber detalha-se como segue:

Outras Contas a Receber	31-12-2016	31-12-2015
Devedores por acréscimos de rendimentos	13 940	23 073
Devedores diversos	7 704	11 456
Total	<u>21 644</u>	<u>34 529</u>

A rubrica de acréscimos de rendimentos respeita essencialmente a juros de aplicações financeiras ainda não vencidas.

O saldo de Devedores diversos inclui valores a receber de participantes em ações de formação, estagiários e outros.

10. Diferimentos

As rubricas de diferimentos detalham-se como segue:

Natureza	31-12-2016	31-12-2015
Ativo – Gastos a reconhecer		
Diversos	10 910	3 395
Total	<u>10 910</u>	<u>3 395</u>
Passivo – Rendimentos a reconhecer		
Formação	20 135	3 380
Estágio	60 750	63 727
Inscrição no exame	42 240	56 600
Outros	16 192	3 296
Total	<u>139 317</u>	<u>127 003</u>

Em gastos a reconhecer estão incluídos 4 928 euros (no ano anterior 1 856 euros) a afetar ao prémio de auditoria conforme descrito na nota 12.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'Cunha'.

11. Outros Investimentos Financeiros e Outros Ativos Financeiros

Outros invest. Fin E outros ativos financeiros	31-12-2016	31-12-2015
Ao justo valor por resultados		
Deutsh Bank – Gestão Descrionária	301 712	291 972
Total dos outros ativos financeiros	301 712	291 972
Ao custo amortizado		
Brisa Concessão	96 500	96 500
OT 3,85%	60 155	60 155
OT 2,875%	55 650	55 650
OTRV Agosto 2021	20 000	0
OTRV Novembro 2021	318 000	0
Total dos outros investimentos financeiros	550 305	212 305

Durante o exercício de 2016 a Ordem adquiriu as Obrigações do Tesouro, OTRV Agosto 2021 e OTRV Novembro 2021 de rendimento variável. São valores mobiliários emitidos pela República Portuguesa, representada pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E, com as seguintes condições:

OTRV	Agosto 2021	Novembro 2021
Pagamento de juros	Semestral/postecipado	Semestral/postecipado
Taxa de Juro	Euribor 6M	Euribor 6M
Spread	2,05%	2,05%
Taxa mínima	2,05%	2,05%
Reembolso capital	12/08/2021	30/11/2021

12. Outras Variações Fundos Patrimoniais

Nesta rubrica foi registado no exercício de 2015 a herança que o Sr. Dr. Gastambide Fernandes deixou à Ordem e que até ao momento ascendeu a 215 625 euros. Aguarda-se ainda a divisão entre herdeiros de uma conta de títulos existente no Montepio. O montante atribuído à Ordem até este momento foi aplicado em Obrigações e o rendimento que resulta desta aplicação será afeto a um prémio a atribuir no âmbito de um concurso de trabalhos sobre auditoria, como era vontade expressa do doador (ver nota 10).

13. Provisões

Em 2016 foi recebida a quantia de 4.958 euros (9.050 euros no ano anterior) de IRC que havia sido retido pelos Bancos sobre juros de aplicações de capital pagos à Ordem em 2015. O montante total provisionado em 31.12.2016 ascende a 60.839 euros.



Continua em estudo o enquadramento fiscal, em sede de IRC, dos juros de aplicações de capitais, recebidos pela Ordem. Dado terem sido obtidas opiniões divergentes e não ter sido ainda obtida uma conclusão em definitivo, foi constituída uma provisão pelo montante total recebido no exercício.

14. Estado e outros entes públicos

A rubrica de Estado e outros entes públicos detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2016	31-12-2015
Imposto sobre o rendimento pessoas singulares	18 842	21 836
Imposto sobre o valor acrescentado	1 236	2 102
Contribuições para a Segurança Social	12 997	14 012
Total	33 075	37 950

Não existem dívidas em mora ao Estado ou outros Entes Públicos.

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas é uma pessoa coletiva pública estando os rendimentos da sua atividade isentos de IRC ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

15. Outras contas a pagar

Esta rubrica detalha-se como segue:

Natureza	31-12-2016	31-12-2015
Comissões estatutárias, técnicas, formadores e outros	4 277	37 221
Credores por acréscimos de gastos	254 891	328 029
Credores diversos	66 463	18 249
Total	325 631	383 499

[Handwritten signature and initials in blue ink]



A rubrica de Credores por acréscimos de gastos corresponde ao seguinte:

Natureza	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações a liquidar	79 560	78 861
Júri de exame	6 190	6 222
Comissões técnicas	1 302	135
CPROC	1 392	10 430
Formação contínua	18 917	17 213
Controlo de qualidade	73 105	157 840
Órgãos sociais	7 713	13 667
Outras comissões e grupos trabalho	3 544	0
Comissão de estágio	4 042	4 158
IMI a pagar	0	1 345
Revista R A	0	5 400
Outros	59 126	32 758
Total	254 891	328 029

Handwritten signature in blue ink.

As quantias referentes ao controlo de qualidade correspondem aos trabalhos em curso iniciados na sequência do sorteio efetuado em 14 de julho de 2016 os quais incidem sobre os trabalhos concluídos pelos revisores ou sociedades de revisores no exercício de 2016.

16. Serviços prestados

O rédito reconhecido no período relativo a serviços prestados foi integralmente obtido no mercado interno e detalha-se como segue:

Natureza	2016	2015
Quotas	1 184 174	1 177 423
Ações de formação	452 157	442 151
Inscrição, estágio e outros	402 937	317 821
Total	2 039 268	1 937 395



Handwritten notes in blue ink:
b
10/11
10/11
10/11
10/11
10/11
10/11

17. Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica compreende as seguintes naturezas de gastos:

Natureza	2016	2015
Trabalhos especializados	199 680	177 447
Honorários	554 957	688 639
Conservação e reparação	15 626	16 008
Materiais	69 795	41 577
Energia e fluidos	20 662	20 047
Deslocações e estadas	110 198	80 144
Rendas e alugueres	37 742	20 754
Comunicação	27 106	28 042
Publicidade e propaganda	13 529	0
Seguros	7 138	6 925
Limpeza, higiene e conforto	8 877	8 876
Condomínios	10 474	10 520
Outros	21 354	19 334
Total	1 097 138	1.118.314

A rubrica de honorários inclui as quantias relativas a pagamentos efetuados aos Membros das Comissões Técnicas e a outros profissionais liberais.

A rubrica de trabalhos especializados inclui gastos no âmbito do apoio informático, atualização do Manual do Revisor Oficial de Contas, serviços de tradução e assessoria jurídica externa no âmbito das diligências relativas às novas leis e outra regulamentação relacionada.

18. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados encontram-se refletidos em gastos com pessoal e não incluem benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo. Os gastos reconhecidos detalham-se como segue:

Natureza	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	93 681	90 352
Remunerações do pessoal	487 904	487 627
Encargos sobre as remunerações	125 172	120 537
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	3 358	3 017
Outros gastos com o pessoal	700	379
Total	710 815	701 912

O número médio de pessoas ao serviço da Ordem é de 24, sendo todas remuneradas.



Os Órgãos Sociais são eleitos e compostos por associados inscritos na Ordem. Os Membros dos Órgãos Sociais não auferem remunerações fixas, sendo atribuídas senhas de presença pelas reuniões em que efetivamente participaram. Os montantes respetivos detalham-se como segue:

Natureza	2016	2015
Assembleia Geral	990	1 870
Conselho Superior	7 428	3 570
Conselho Diretivo	55 951	47 553
Conselho Disciplinar	25 320	33 392
Conselho Fiscal	3 992	3 967
Total	93 681	90 352

19. Outros rendimentos

Inclui o seguinte:

Natureza	2016	2015
Correções relativas a períodos anteriores	6 023	14 452
Multas	29 700	14 700
Patrocínios ao congresso	19 575	0
Outros réditos	24 006	13 700
Total	79 304	42 852

As correções relativas a períodos anteriores incluem a quantia de 4 958 euros (no ano anterior 9 050 euros) relativa a IRC reembolsado pela administração fiscal relativamente à qual foi constituída a provisão referida na nota 13.

20. Outros gastos

Inclui o seguinte:

Natureza	2016	2015
Correções relativas a períodos anteriores	0	15 726
Quotizações		
FEE	49 068	49 264
IFAC	29 307	27 506
CNOP	2 500	2 500
Diversas	752	752
Outros gastos e perdas	9 384	5 855
Total	91 011	101 603



ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

Integridade. Independência. Competência.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório

O Conselho Fiscal apresenta, nos termos estatutários, o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório e Contas aprovados pelo Conselho Diretivo para o exercício de 2016. O Conselho Diretivo e os Serviços prestaram os esclarecimentos solicitados.

O Conselho Fiscal esteve representado por Luís Baptista na reunião do Conselho Diretivo do dia 2 de março de 2017, na qual este aprovou o Relatório e Contas de 2016.

No seguimento nas análises efetuadas, o Conselho Fiscal entende que as contas apresentadas refletem a posição financeira e desempenho da Ordem relativo ao exercício de 2016. O Conselho Fiscal dá o seu acordo ao Relatório de Auditoria emitido.

Parecer

Face ao exposto no relatório, tendo em consideração o Relatório de Auditoria e não tendo tomado conhecimento de qualquer violação da lei e dos estatutos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- 1- O Relatório e Contas apresentado pelo Conselho Diretivo, respeitante ao exercício de 2016, merece aprovação;
- 2- A proposta de aplicação dos resultados, contida naquele relatório, merece igualmente aprovação.

Lisboa, 14 de março de 2017

Luís Baptista
2017-03-14
[Assinatura]

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.995.793 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.400.658 euros, incluindo um resultado líquido de 155.699 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **ORDEM DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS** em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Atividades com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Atividades

Em nossa opinião, o Relatório de Atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 14 de Março de 2017

PONTES, BAPTISTA & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por


Luís Baptista